

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

PLANO DE AÇÃO

**Planejamento de Pesquisas Arqueológicas no
campus Fiocruz Manguinhos**

Versão 01 | Julho 2013

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Paulo Gadelha

DIRETOR DA CASA DE OSWALDO CRUZ

Paulo Roberto Elian dos Santos

VICE-DIRETORA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Nercilene Santos da Silva Monteiro

VICE-DIRETOR DE INFORMAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Marcos José de Araújo Pinheiro

VICE-DIRETORA DE PESQUISA, EDUCAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Magali Romero de Sá

CHEFE DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Ana Maria Marques

COORDENADOR DO SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Daniel Moreira

COORDENADORA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Cristina Coelho

COORDENADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE URBANISMO E ARQUITETURA EM SAÚDE

Renato Gama Rosa Costa

PESQUISA E ELABORAÇÃO

Inês El-Jaick Andrade

INSTITUIÇÃO:

Fundação Oswaldo Cruz

DEPARTAMENTO/UNIDADE:

Departamento de Patrimônio Histórico – Casa de Oswaldo Cruz

ENDEREÇO:

Avenida Brasil, 4365 – Pavilhão Mourisco, térreo, sala 01 - Manguinhos, Rio de Janeiro - CEP: 21040-360

RELATÓRIO:

Relatório final de pesquisa - julho de 2013

Ficha catalográfica

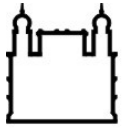
ANDRADE, Inês El-Jaick.

Plano de ação: Planejamento de Pesquisas Arqueológicas no campus Fiocruz Manguinhos/ Inês El-Jaick Andrade -- Rio de Janeiro, 2013.

37f.

Relatório Final. Departamento de Patrimônio Histórico - Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz.

1. Arqueologia 2. Arquitetura da saúde 3. Manguinhos
I. Título



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. LEGISLAÇÃO

3. OBJETIVOS

4. CONCEITUAÇÃO

5. ABRANGÊNCIA ESPACIAL

6. PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO *CAMPUS* FIOCRUZ MANGUINHOS

6.1 PESQUISAS REALIZADAS

6.2 RESULTADOS OBTIDOS

7. VETORES ESTRATÉGICOS

8. AÇÕES A IMPLEMENTAR

9. IMPLEMENTAÇÃO

10. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES

11. VALIDADE

12. RESULTADOS ESPERADOS

REFERÊNCIAS

ANEXO 01 – Fichas de ações a implementar

ANEXO 02 – Manual de procedimentos técnicos: descobertas fortuitas e contratação de projetos de pesquisa arqueológica

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico de Manguinhos, situado no *campus* Fiocruz Manguinhos foi inscrito no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1966.

Por considerar que o *campus* Manguinhos é um sítio histórico que abriga vestígios arqueológicos pré-históricos e históricos a Casa de Oswaldo Cruz (COC) tem buscado aperfeiçoar suas competências na preservação do potencial patrimônio arqueológico situado nos *campi* e áreas sob a responsabilidade da Fiocruz. A COC é uma unidade técnico científica da Fiocruz responsável pela preservação do patrimônio histórico da instituição e conta com uma equipe de profissionais especialistas em patrimônio arquitetônico, museológico e documental.

Por essa razão foi proposto em 2011 a elaboração de um Plano de ação de Pesquisa Arqueológica no *campus* Fiocruz Manguinhos no Plano Quadrienal da COC (2011-2014). O documento elaborado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da COC (DPH/COC) traz os objetivos, a legislação vigente, o potencial arqueológico do sítio, as atividades a serem implementadas, a previsão de prazos para sua execução e os resultados esperados da proteção e valorização do patrimônio arqueológico do *campus* Fiocruz Manguinhos.

2. LEGISLAÇÃO

As atividades de pesquisa arqueológica, conforme lei federal 3924/1961 e decreto municipal nº 22.872/ 200, não fazem parte do plano de carreiras utilizado pela Fundação Oswaldo Cruz. Assim, para por em prática as atividades propostas neste Plano de Ação, é necessário à colaboração direta de profissionais com reconhecido conhecimento e competência em arqueologia, seja por meio de contratação de profissionais ou da cooperação com outras instituições que disponham em seu quadro arqueólogos.

As pesquisas arqueológicas estão submetidas aos seguintes documentos normativos:

Lei Federal 3924/1961, capítulo IV. Dispõe sobre a definição de monumentos arqueológicos, a permissão para a pesquisa arqueológica e sobre as descobertas fortuitas. Destaca-se na legislação nacional a recomendação do acompanhamento arqueológico e a comunicação imediata de achados fortuitos (artigo 18º) durante as obras que envolvam a movimentação do solo ou que representem empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.

Portaria Iphan N° 07/1988, artigo 5º, IV, 5 e 6. Dispõe dos requisitos para a permissão de pesquisa de campo para escavações em execução de projeto que afete direta ou indiretamente um sítio arqueológico.

Decreto Municipal nº 22.872, de 07 de maio de 2003. Dispõe que todas as obras que envolvam intervenções urbanísticas e/ou topográficas realizadas pelo Poder Público Municipal – direta ou indiretamente, em áreas que sugiram interesse histórico – deverão prever estudos e acompanhamento com vistas à pesquisa arqueológica.

Também são objeto de recomendações internacionais:

Carta de Lausanne de 1990 (ICOMOS / ICAHM). Recomendação internacional que aborda a importância, a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico.

3. OBJETIVOS

O objetivo geral do plano de ação é atender à legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção do patrimônio arqueológico de modo a desenvolver de maneira coordenada uma agenda de projetos de pesquisas arqueológicas no *campus* Fiocruz Manguinhos.

Os objetivos específicos são:

- Produzir conhecimento científico sobre a área, contribuindo para a ampliação do conhecimento da história da ocupação do território em que está localizado o *campus*;
- Envolver e instruir a comunidade de usuários (escritório técnicos das unidades, funcionários e público visitante) no desenvolvimento dos trabalhos, visando contribuir na valorização e preservação do patrimônio arqueológico brasileiro que está contextualizado no *campus*;

4. CONCEITUAÇÃO

Art. 1º O "patrimônio arqueológico" compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados. (Carta de Lausanne de 1990).

A legislação federal (lei 3924/61 no seu Artigo 2º) considera como monumentos arqueológicos todos aqueles vestígios representantes dos períodos da história do país, já passados. Os vestígios do período pré-históricos podem ser mais facilmente identificados do que os do período histórico.

São testemunhos materiais pré-históricos os sítios de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil. Dentre estes estão os sítios conhecidos como sambaquis (inclusive os montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados e estearias), os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios (grutas, lapas e abrigos sob rocha), os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios" - nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico - e os sítios de inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

De um modo geral, podem ser identificados como sítios arqueológicos potenciais do período histórico os espaços geográficos delimitados pela presença de vestígios materiais oriundos do processo de ocupação do território pós-contato, tais como: estruturas, ruínas, edificações construídas com o objetivo de defesa ou ocupação, vestígios de infraestrutura, locais com remanescente de batalhas, antigos cemitérios, jardins, quintais, pátios, fazendas, senzalas, engenhos, estruturas remanescentes de processos industriais entre outros.

O material arqueológico tem a qualidade de datar uma época e informar sobre um modo de vida. No entanto, a camada de aterro em que este foi encontrado também é crucial para determinar a temporalidade em que este vestígio foi descartado.

Área com Potencial Arqueológico

É a área que apresenta, seja por sua importância histórica seja por possuir edificações ou estruturas antigas, a possibilidade de ter vestígios de sua história ocultos, denominados monumentos arqueológicos.

A legislação federal (Lei 3924/61, Artigo 2º) considera como monumentos arqueológicos todos aqueles vestígios representantes dos períodos passados da história do país.

Descoberta Fortuita

São os achados de interesse arqueológico por consequência de escavações, coletas superficiais do solo ou submersas em água que não tiveram previamente a permissão do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Pesquisa Arqueológica

As áreas com comprovado potencial arqueológico deverão ser objeto de pesquisa de campo arqueológica (Portaria Iphan N° 07/1988), a qual só pode ser realizada após expedição de portaria pelo Iphan.

Etapas do serviço de arqueologia

(1º) Projeto – É o documento que dá entrada ao pedido de pesquisa arqueológica. Neste deve constar o levantamento histórico, os limites da área a ser escavada, a metodologia de escavação, o programa de educação patrimonial, a equipe que desenvolverá o projeto, o endosso institucional e o endosso financeiro do projeto. É de autoria do arqueólogo coordenador, mas recomenda-se que seja aprovado antes pelo fiscal da obra.

(2º) Aprovação do Iphan/ Expedição de Portaria – O prazo máximo para sua aprovação estabelecido por lei é de 90 dias corridos. A portaria é expedida no nome do arqueólogo, passa a ser dele a responsabilidade de responder ao Iphan.

(3º) Escavação – São os trabalhos de prospecção de terra. A área a ser estudada deverá ser dividida em quadriculas numeradas (trincheiras). A terra será retirada em camadas manualmente. Em caso de prospecção positiva (descoberta de vestígios) a área deverá ser escavada com cuidado e registrada (desenho, fotografia, filmagem, etc). Em caso de prospecções negativas a quadricula é liberada após comunicação ao Iphan e registro.

(4º) Exames de Laboratório – É o estudo e análise em laboratório dos vestígios encontrados.

(5º) Programa de educação patrimonial – São ações de divulgação voltadas para a comunidade. É de autoria do arqueólogo coordenador, mas recomenda-se que seja incluído no projeto básico um programa de educação patrimonial mínimo elaborado pela equipe de técnicos da unidade da Fiocruz interessada.

(6º) Agenciamento de vestígios – É a definição de o que deverá ser preservado e como. O Iphan deve ser consultado, bem como a instituição deve se pronunciar.

(7º) Relatório – É o registro final da pesquisa, com seus resultados e indicações de futuras pesquisas. É de responsabilidade do arqueólogo elaborar e encaminhar relatório final para o Iphan.

5. ABRANGÊNCIA ESPACIAL

O *campus* de Manguinhos está localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

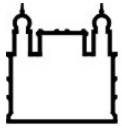


Figura 01: *Campus* Fiocruz Manguinhos.
Fonte: POAP, 2011.

O estudo reconhece o *campus* como um sítio arqueológico pré-histórico e histórico. No entanto, para efeito de planejamento o programa de pesquisa proposto define como sítios de potencial arqueológico reconhecidos apenas quatro setores do *campus*. Esses setores arqueológicos foram identificados com base nos resultados das pesquisas da Dra. Maria da Conceição Beltrão (1966-1989) e do Relatório de Potencial Arqueológico (2011) contratado pela Fiocruz.

Nesses setores deverão ser incentivadas pesquisas arqueológicas sistemáticas e monitoramento da integridade do sítio. São esses:

- **Setor I - Área de Preservação**
Com destaque para duas áreas:
 - Horto botânico e arredores
 - Maciço do Pavilhão Rockefeller
- **Setor II - Parque da Ciência e arredores**
- **Setor III - Arredores da nova Portaria e Instituto de Hanseníase**
- **Setor IV - Antigo Cais na Expansão.**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

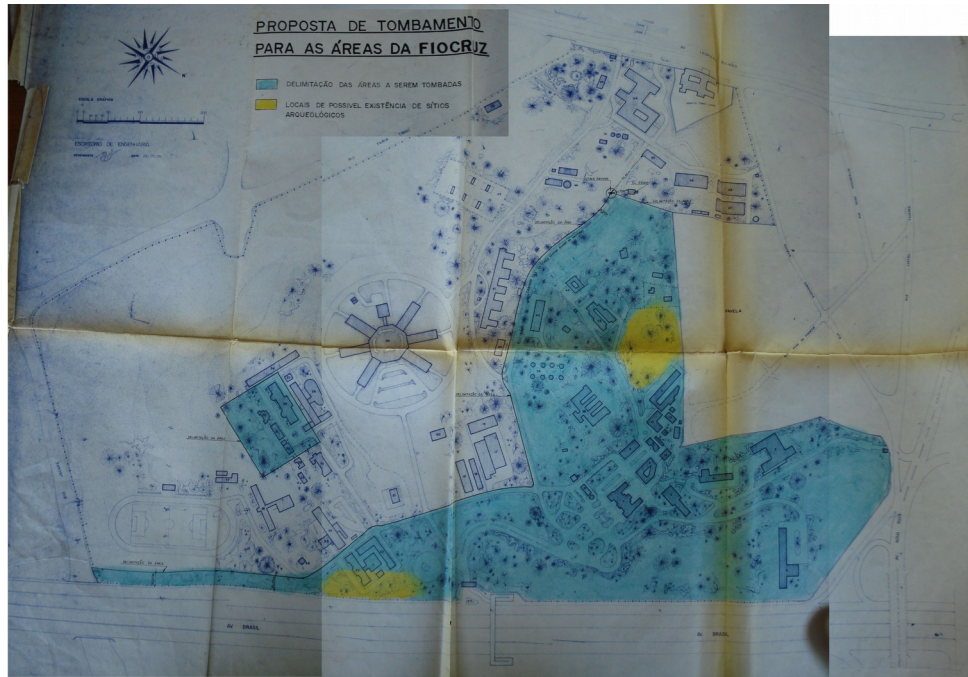


Figura 02: Localização geral de duas áreas com prováveis sítios pré-históricos dentro da área de preservação identificados na pesquisa realizada pela Dra. Maria da Conceição Beltrão entre 1966-1989. Fonte: Planta da proposta de extensão do tombamento e localização dos sítios arqueológicos identificados, Iphan, 1986.

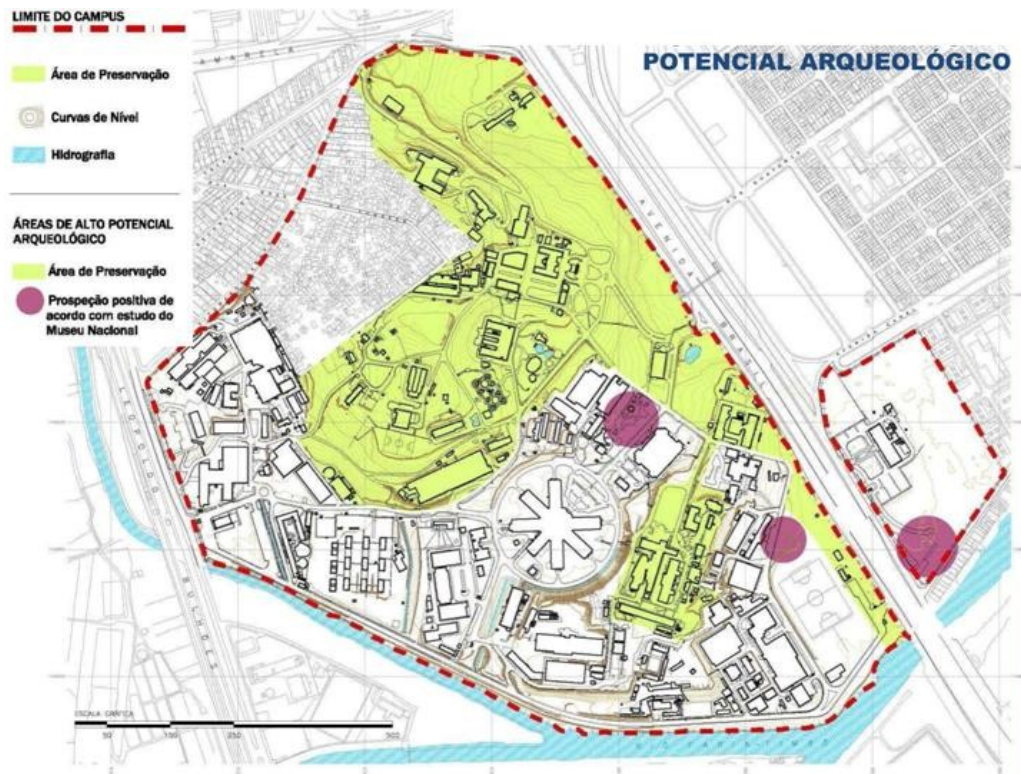


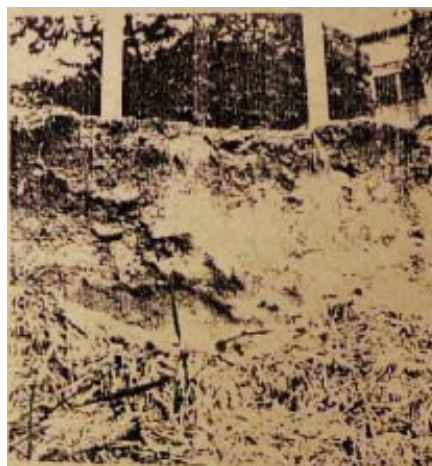
Figura 03: Localização geral dos quatro setores identificados como de Potencial arqueológico. Fonte: POAP, 2011.

6. PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS

6.1 PESQUISAS REALIZADAS

▪ *Pesquisa da Dra. Maria da Conceição Beltrão (1966-1973)*

O potencial arqueológico do *campus* foi revelado em pesquisa realizada na década de 1960, em razão de uma forte chuva que provocou a queda de uma parte do barranco que está localizado o Pavilhão Rockefeller. A pesquisa desenvolvida teve a colaboração do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa, coordenada pela professora Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, foi iniciada em 1966 e concluída em 1973¹. A pesquisa arqueológica foi desenvolvida dentro do “Projeto Manguinhos: arqueologia e ocupação física”. Este deu origem ao projeto “Sítios pré-históricos e megafauna extinta no Brasil”, que pesquisou diversos sítios com o objetivo de determinar seu potencial pré-histórico arqueológico.



Figuras 04 e 05: Fotografias das escavações.
Fonte: Arquivo da Assessoria de Arqueologia do Iphan, 1966.

Durante este período de pesquisa, no sítio de Manguinhos foram identificados materiais de descarte do século XIX (louças, cerâmicas e material de laboratório), vestígios de duas ocupações holocênicas² de assentamentos tupinambás em duas fases (o primeiro datado no período entre 500 d.C. a 1.500 d.C. e o segundo que correspondia as descrições históricas de 1557), vestígios de ocupações humanas pleistocênicas (artefatos da indústria lítica em quartzo) e ossos e dentes de *Equus*, os quais a arqueóloga coordenadora sinalizou que poderia ser do período histórico. Dentre esses resultados da pesquisa, o mais consistente foi a identificação e delimitação do assentamento indígena tupinambá na área que engloba não apenas o Núcleo Arquitetônico e Histórico de Manguinhos (NAHM), mas também parte da Comunidade do Amorim (BELTRÃO, 1989). Os vestígios descobertos pela pesquisa foi agrupado em uma pequena coleção de peças cerâmicas e utensílios de laboratório que está, hoje, sob a guarda do Museu Nacional.

O sítio arqueológico de Manguinhos foi inscrito em 1966 na Ficha de Cadastro Nacional de Sítios (CNS) do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan).

¹ Consta nos arquivos da Assessoria de Arqueologia do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional do Rio de Janeiro (Iphan-Rio) a abertura, neste período, de duas portarias (1966 e 1973) para a pesquisa no *campus* de Manguinhos. Ambas foram solicitadas pela Dra. Maria da Conceição Beltrão.

² São ocupações com menos de 11.000 anos.

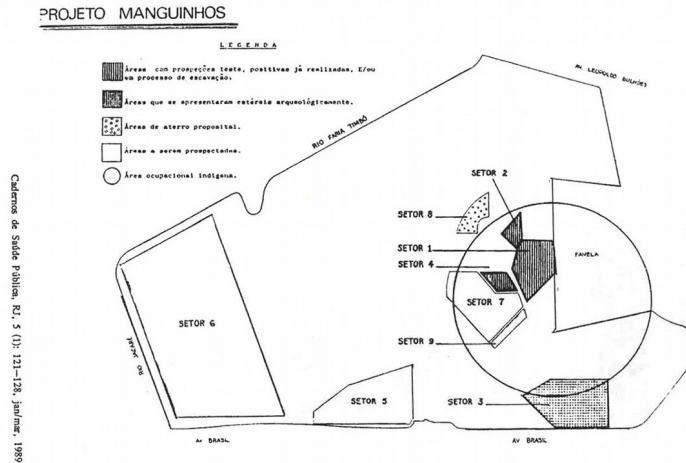
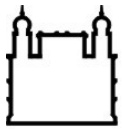


Figura 06: Planta da localização das áreas escavadas entre 1966 e 1973. Fonte: BELTRÃO,1989.

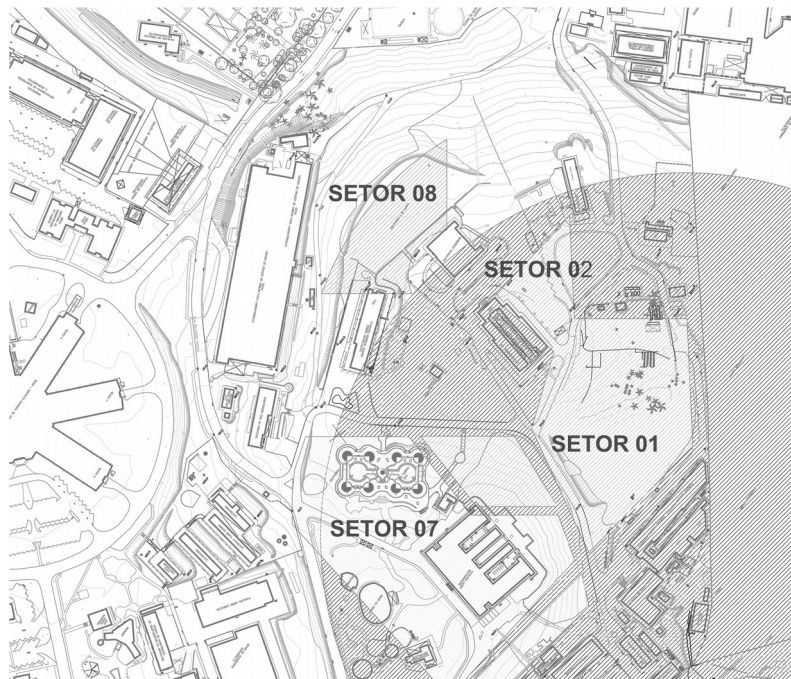
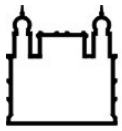


Figura 07: Base atual do *campus* com áreas escavadas (setores) entre 1966 e 1973. Fonte: DPH/COC, 2010. Adaptado de BELTRÃO, 1989.

▪ **Descobertas Fortuitas nas imediações da Creche e da Praça da Ciência (1988-2000)**

Em 1988, o potencial arqueológico do campus voltou a ser evidenciado. Durante as obras de movimentação de terra para a construção da futura creche dos funcionários, foi descoberta uma ossada de cavalo. O Iphan foi chamado para avaliar os vestígios. A descoberta gerou interesse e ganhou repercussão nos jornais. Antes desse fato, as pesquisas desenvolvidas pela Dra. Maria da Conceição Beltrão já tinham sido esquecidas. Com o revigorado interesse em explorar o potencial arqueológico, e com o apoio do Iphan, foi pensado em realizar novas escavações nas áreas identificadas por Beltrão. No entanto, o projeto de escavações não foi adiante. A creche dos funcionários foi edificada no local.

Na tentativa de normatizar a ocupação do *campus*, a Fiocruz contratou a elaboração de um Plano Diretor - executado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). No documento



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

final do Plano Diretor do *campus*, elaborado entre 1987 e 1988, é afirmado o potencial arqueológico do *campus*. Apesar disso, os achados arqueológicos não foram foco de recomendações ou diretrizes específicas. O documento não chega a identificar os trabalhos ou pesquisas que o fundamentaram para fazer a afirmação.

Para a elaboração do Plano Diretor de 1988 foram coletados e analisados, entre outros pontos, os dados físicos do sítio, os dados políticos da região administrativa e do território, e os dados históricos de fontes textuais e até testemunhos de antigos funcionários. No entanto, não constava do escopo do plano a avaliação do potencial arqueológico do sítio. Inclusive, a localização da aldeia tupinambá não chegou a ser identificada em nenhum documento ou estudo do plano diretor. Assim, após a conclusão da pesquisa da Dra. Beltrão, a jazida cadastrada não foi mais objeto de novos estudos abrangentes até o século XXI. No entanto, a área edificada do *campus* continuou sendo ampliada nas décadas seguintes.

Durante a década de 1990, foram realizadas descobertas fortuitas no sítio do atual Museu da Vida (MV/COC). Durante a implantação do projeto do Parque da Ciência, segundo relato oral do pesquisador Joel Majerowicz³ (Diretor CECAL/ Fiocruz), foram encontradas no sítio, durante a movimentação de terra, carcaças de animais – possivelmente cavalos. Segundo o arquiteto paisagista Domingos Naime⁴ (Presidência/Fiocruz) também foi identificado, naquela ocasião, vestígios de um pavimento em pedra em um local onde hoje está situado o espelho de água. O antigo pavimento foi mantido e encoberto pelo novo revestimento da praça.

Ainda, segundo o relato de Naime, já na ocasião da celebração do dia da árvore, no início da década de 2000, foi planejado o plantio de novas árvores na praça. Foram realizados furos no gramado e descobertos vestígios de um pavimento semelhante ao da cavalaria. Como muitos desses pavimentos impediam o plantio das mudas de árvores, por estarem muito próximos da superfície, optou-se por tampar novamente os buracos. Assim o pavimento não foi destruído e foram marcados os locais desses buracos através de seu enchimento com areia. Apesar do lphan não ter sido acionado, o procedimento seguiu o recomendado pela instituição.



Figuras 08 e 09: Localização dos buracos abertos e tampado com areia. Fonte: DPH/COC/Fiocruz.

³ Em relato oral no dia 07 de abril de 2010.

⁴ Em relato oral no dia 26 de abril de 2010.

▪ **Avaliação do Potencial Arqueológico da área da tenda da ciência (2002)**

Em 2002 foi contratado um serviço de avaliação do Potencial Arqueológico, da área a ser implantada a Tenda da Ciência, coordenado pela arqueóloga Maria Cristina Tenório do Museu Nacional. A área, próxima ao Pavilhão Lauro Travassos, seria impactada por obras de pavimentação, drenagem e iluminação de viária em vias de acesso abertas do *campus*.

Foram realizadas sondagens no terreno, mas a pesquisa não chegou a identificar vestígios significativos. As sondagens não puderam ser muito profundas em alguns pontos devido a dureza do terreno. Em outros pontos, os sedimentos retirados revelaram ser constituídos de material de entulho. Entre os poucos artefatos encontrados destacam-se ossos de boi, fragmentos de cerâmica identificados como neo-brasileira, fragmento de cerâmica identificada como pós-contato, faiança fina, tijolos cerâmicos e fragmentos de azulejos de época recente. Devido a distribuição irregular no terreno dos vestígios, a conclusão da pesquisadora foi que a área já se encontrava muito alterada, tendo, possivelmente sofrido aterro. Portanto os vestígios poderiam ser intrusos, isto é não pertencer ao sítio.

Em sua pesquisa, Tenório também defende que em decorrência da situação ambiental do sítio de Manguinhos, a área da Fundação Oswaldo Cruz poderia ter sido ocupada por grupos sambaquieiros, portanto uma ocupação anterior à chegada dos tupinambás (Beltrão, 1989). Reforça sua hipótese o fato da existência de inúmeros registros de sambaquis no entorno da Baía de Guanabara, indicando se tratar de um território povoado por grupos de pescadores coletores pré-históricos.

A arqueóloga finaliza seu relatório concluindo que não identifica empecilhos para a continuidade da obra, mas recomenda o acompanhamento arqueológico nos trabalhos que envolvam cortes e perfurações no terreno da área objeto. Também indica a necessidade uma pesquisa arqueológica em toda a área da Fiocruz, para buscar salvar os vestígios arqueológicos ainda existentes.

▪ **Descoberta Fortuita no estacionamento do Museu da Vida (2010)**

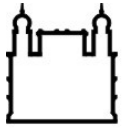
Em março de 2010, em ocasião da abertura de valas para uma obra civil executada pela Infraestruturada COC – a reforma do estacionamento do Museu da Vida (MV) - a engenheira Fernanda Beux (Infra-COC/Fiocruz) informou ao DPH/COC da descoberta de uma surpreendente diversidade de fragmentos de cerâmica nas valas escavadas. A indagação deu origem à uma investigação histórica da ocupação daquela área. E logo, a escavação trouxe a tona novos vestígios de uma ocupação de um passado recente do instituto esquecido.

Seguindo as recomendações do artigo 18 da lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH/COC/Fiocruz) solicitou a paralisação das obras e encaminhou a Assessoria de Arqueologia da 6ªSR do Iphan um relato das descobertas fortuitas realizadas durante os serviços de Recuperação dos Revestimentos do Auditório e dos Acessos do Museu da Vida.

Os achados arqueológicos naquele momento foram: colunas de concreto armado da edificação com fundações do tipo bate-estaca, frascos-ampolas com medicação (preservado em seu interior), cuba metálica revestida por ágata e uma variedade de fragmentos de utensílios domésticos em cerâmica e de tijolos. Os vestígios descobertos foram identificados como sendo de uma antiga edificação - a antiga Estrebaria.

Para compreender e contextualizar os vestígios descobertos, o DPH/COC realizou uma pesquisa histórica em documentos textuais, plantas e fotografias. A pesquisa revelou que na década de 1930, foram construídas algumas edificações de apoio⁵. A antiga estrebaria, projetada no início da

⁵ Foram construídos diversos pavilhões destinados para anexos, o pavilhão da marcenaria, a cocheira, a estrebaria, o depósito e o forno crematório e a coelheira (OLIVEIRA; COSTA; PESSOA, 2003).



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

década de 1930⁶, faz parte deste complexo de edificações de apoio destinada para abrigar cavalos utilizados nas atividades do instituto⁷. A edificação sofreu algumas mudanças de uso e já no final da década de 1970 funcionava como uma oficina. A antiga estrebaria foi demolida nos primeiros anos da década de 1980, possivelmente para abrigar o primeiro projeto do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), nunca executado. Os seus arredores ainda não haviam sido ocupados por edificações e o projeto do INCQS era estratégico para a instituição que crescia em atuação e importância na área da saúde pública.



Figura 10: A aparência da antiga estrebaria. Fonte: DAD/COC/Fiocruz.



Figura 11: O sítio do Museu da Vida em 1933. Observa-se a edificação em “U” da estrebaria.

Fonte: Arquivo Museu Aeroespacial do Campo dos Afonsos.

⁶As pesquisas iniciais indicam que a estrebaria é um projeto do arquiteto de origem portuguesa Luiz Moraes Junior – o mesmo autor das edificações do Núcleo Arquitetônico e Histórico de Manguinhos (NAHM), tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

⁷ Nas estrebarias do instituto os cavalos eram inoculados para a produção de soro (possivelmente para a febre amarela).

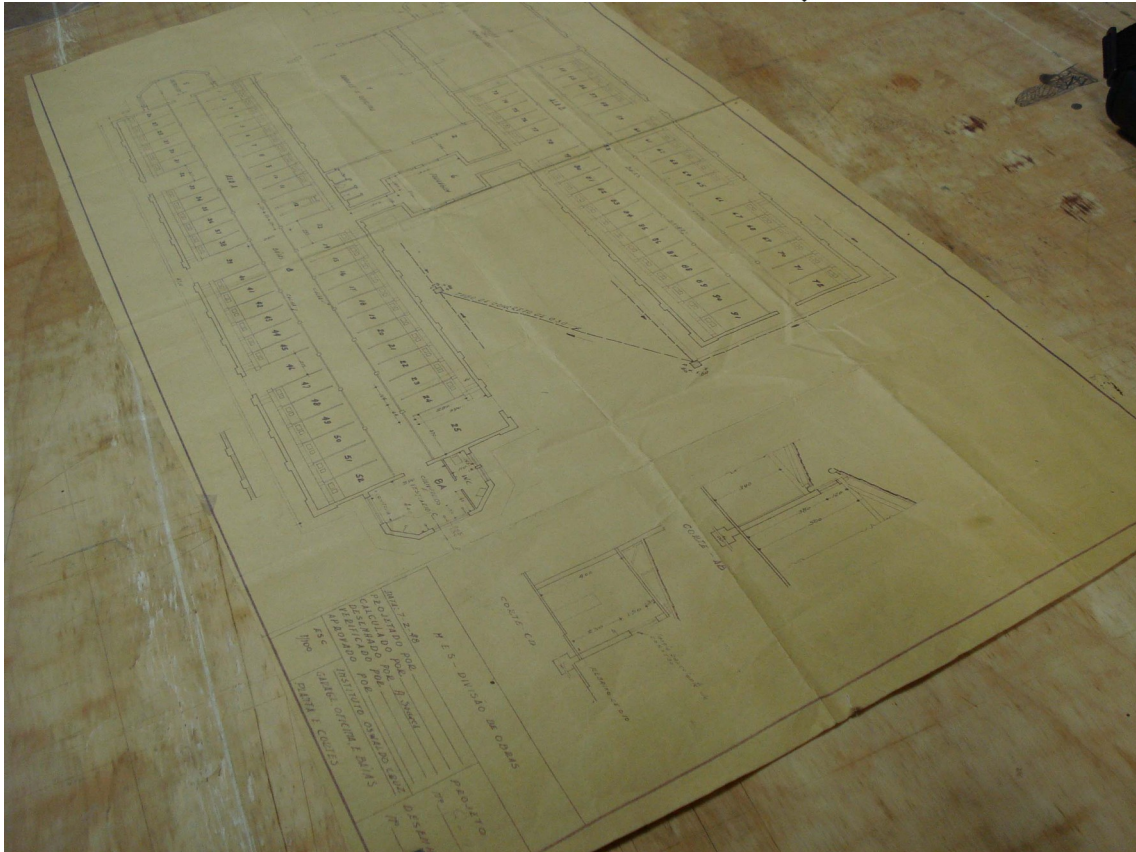
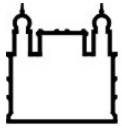


Figura 12: Planta da Estrebaria. Década de 1940. Fonte: Arquivo DAD/COC/Fiocruz.

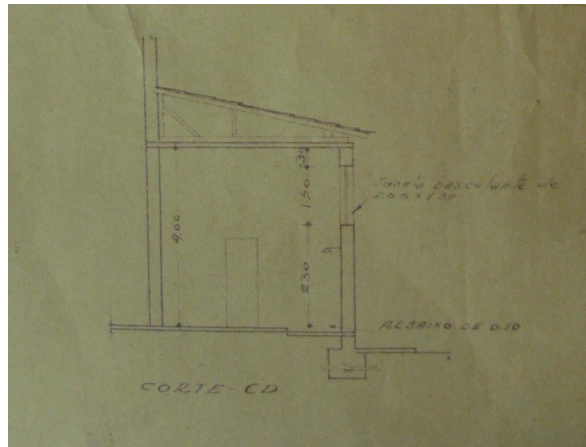
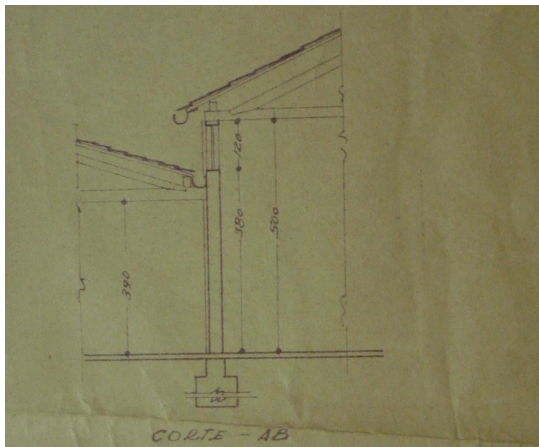


Figura 13: Cortes da Estrebaria. Década de 1940. Fonte: Arquivo DAD/COC/Fiocruz.

Enquanto a obra estava paralisada, foram realizados os trabalhos de triagem, de coleta e de proteção dos vestígios, seguindo a orientação dada pela arqueóloga Dra. Rosana Najjar da Assessoria de Arqueologia do Iphan-Rio. Grande parte do material salvo foi recolhido na superfície ou salvo do monte de terra preparado para o descarte da obra. Por isso, não foi possível identificar as suas camadas arqueológicas. O material não foi limpo com água, a fim de conservá-lo. O material selecionado foi fotografado e está atualmente sob a guarda do DPH/COC, acondicionado em sacos plásticos e caixas box.

Já os superartefatos encontrados – três bases de colunas da edificação –, seguindo a solicitação da Assessoria de Arqueologia, foram alvo de estudo para determinar o tipo de fundação: em bate-estaca. Foi realizado uma escavação em volta de uma das colunas e retirada uma amostra de concreto para que futuros exames científicos indiquem sua composição. Como no local em que estavam localizados os vestígios das colunas seria executado uma calçada, foi recomendado a sua

proteção. Assim, antes da concretagem da calçada, as estruturas das colunas expostas foram envolvidas por uma tela fachadeira e soterrada por uma camada de areia. Esse serviço foi registrado e acompanhado pelo DPH/COC. Também foram realizados pelo DPH/COC os levantamentos fotográficos e de locação destes vestígios.



Figuras 14, 15 e 16: As três bases de colunas identificadas. Fonte: DPH/COC/Fiocruz.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, o DPH/COC recebeu a informação que uma nova trincheira no local havia sido aberta e que pisos estavam sendo destruídos por operários de uma obra destinada para a modernização dos cabos de telefonia do MV. Imediatamente foi verificada a destruição e solicitada a paralisação da obra à unidade responsável. A trincheira escavada tinha a forma de “L”. Um de seus lados teve seu piso (modulado em forma de gomos) destruído por completo durante a obra. Nesta, só foi salvo o vestígio da calha de dejetos, que estava em um nível mais profundo do que o piso. Assim, identificou-se a calha para o dejetos dos cavalos, a marcação de (04) baias de cavalos, dois tipos de piso (área molhada e área dos cavalos) e uma parte de uma parede interna. Coletou-se fragmentos de azulejos (brancos), peças inteiras de cerâmicas (cantonetas e rodapés) e pedaços dos pisos quebrados pela obra.



Figuras 17 e 18: A aparência da trincheira aberta pelos operários para a obra de modernização da rede de telefonia. A foto à esquerda mostra o trecho do piso da estrebaria que foi destruído e à direita o piso salvo.
Fonte: DPH/COC/Fiocruz.

Ao interceptar as obras já em andamento, o DPH/COC encontrou novos e significativos vestígios da antiga construção. O que mais chamou a atenção foi a similaridade entre os pisos, as cantonetas e os rodapés da antiga estrebaria e da Cavalariça, bem como ao dos primeiros prédios do Instituto Soroterápico Federal – o embrião da Fiocruz –, projetados pelo engenheiro e arquiteto português Luiz Moraes Júnior.

O DPH realizou os serviços de limpeza do piso e a prospecção da parede, com o objetivo de verificar sua largura e profundidade. No entanto, algumas peças cerâmicas da parede não resistiram à retirada do aterro e cederam. Todas essas peças foram recolhidas e guardadas, juntamente ao restante do material recolhido, pelo DPH/COC. Apesar de muito encharcada pela umidade, a parede ficou intacta. Também se conseguiu identificar e coletar uma amostra de tijolo da construção. Este é maciço e não apresenta marcas ou inscrições visíveis. Foi acondicionado em saco plástico e guardado em caixa box. O fechamento dessa estrutura arqueológica seguiu as recomendações da Assessoria de Arqueologia do Iphan-Rio. A estrutura limpa foi coberta por tela fachadeira e aterrada com uma camada de areia e outra camada de terra.



Figura 19 e 20: A foto à esquerda mostra os revestimentos utilizados na Cavalariça de 1905 e à direita os revestimentos aplicados na estrebaria. Fonte: DPH/COC/Fiocruz.

Todo o trabalho de redescoberta e de proteção dos vestígios da antiga estrebaria só foi possível graças à interlocução e a colaboração entre os técnicos dos departamentos da COC – Museu da Vida, Departamento de Infraestrutura e Departamento de Patrimônio Histórico – e da Diretoria de Infraestrutura do campus/Dirac.

A partir dessa descoberta, foram realizados pelo NEUAS três outros estudos, o “Levantamento histórico sobre vestígios do século XIX e XX no sítio do futuro Centro de Documentação da História da Saúde da COC” (03/08/2010), o “Levantamento do potencial arqueológico da Antiga Cocheira e proposta para a gestão de seus vestígios” (25/10/2010) e a planta do *campus* com a sobreposição das décadas.

Esse primeiro levantamento teve o objetivo de responder a demanda imediata (01/06/2010) solicitada pela coordenação do Serviço de Conservação e Restauração sobre o potencial arqueológico no sítio do futuro Centro de Documentação da História da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC) no *campus* Manguinhos. A investigação visa auxiliar na previsão de problemas antes do início do serviço de execução preliminar do Centro de Documentação da História da Saúde da COC.

Para o desenvolvimento do levantamento foram consultadas fontes textuais e fontes iconográficas, bem como realizado estudo comparativo, baseado na análise fotográfica histórica e na situação atual do sítio. As descrições, fotografias e mapas coletados permitiram traçar a evolução do sítio e determinar a provável localização dos vestígios arquitetônicos da chaminé e do depósito do incinerador. A identificação das estruturas arquitetônicas preexistentes, anteriores à construção do Instituto Soroterápico de 1900, e com vestígios materiais ainda visíveis foram essenciais nesse estudo.

O segundo levantamento tinha como objetivo auxiliar a equipe da Infraestrutura da COC na reforma da Antiga Cocheira, atual Reserva Técnica do Museu da Vida. Foi solicitada pela

coordenadora da Infraestrutura Foi encaminhado um breve histórico da edificação e recomendações para a preservação e exposição do pavimento original da entrada da edificação.

O terceiro estudo foi elaborado a partir da planta atual do *campus* cedida pela Dirac (2009) e teve como base a coletânea de mapas do crescimento do *campus* elaborados pelos técnicos do DPH/COC - Renato Gama Rosa Costa, Alexandre Pessoa e Benedito Oliveira - que deu origem ao livro "Um lugar para a ciência: a formação do *campus* de Manguinhos". O estudo utilizou como ferramenta básica os vestígios arquitetônicos para buscar identificar o potencial arqueológico. Foram reproduzidos digitalmente todos os mapas das décadas e montados como *layers* em dwg. Neste processo, as edificações demolidas foram mapeadas separadamente das edificações originais que, mesmo sofrendo ampliações, permaneceram. A partir disso, foram subtraídas as estruturas remanescentes. Ao fim do trabalho, foi possível identificar a provável localização de todas as estruturas que não existem mais no *campus*.

▪ **Avaliação do Potencial Arqueológico fora da área de preservação do *campus* (2011)**

A partir de 2007, a COC e o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH/COC) incorporam a suas metas o estudo e a pesquisa arqueológica, como subsídio a programas de implantação de políticas de paisagem em seus *campi* com reconhecido valor histórico e de patrimônio comum⁸. Assim, a partir de 2008 o DPH/COC/COC iniciou estudos para contratar um serviço de identificação do potencial arqueológico do *campus* de Manguinhos e para *campus* Mata Atlântica. Esses serviços foram contratados e realizados em 2011, por uma equipe coordenada pela Dra. Tânia Andrade Lima do Museu Nacional.

A pesquisa no *campus* Manguinhos ficou restrita a área fora da poligonal de preservação. A decisão por não incluir a área de preservação deveu-se ao fato do território inscrito na poligonal já estar submetido a recomendações do DPH/COC. Já o potencial do restante do *campus*, que passa nos últimos anos por uma intensa série de intervenções urbanas, não era conhecido e o avanço e adensamento de construções, sem orientação, poderiam destruir vestígios existentes ainda não identificados.

Foram realizadas sondagens nos espaços livres de edificação da área objeto. Entre os artefatos encontrados destacam-se uma vidraria laboratorial variada, vestígios de ripas e pranchas de madeira, fragmentos de vidros, fragmentos de cerâmicas, faiança fina e porcelana e ossos de animais.



Figura 21: Vidraria laboratorial encontrada nos



Figura 22: Vidraria laboratorial variada encontrada

⁸ A COC é mantedora de um acervo histórico não apenas documental, mas também arquitetônico. Foi criada em 1986, concebida como um centro de documentação e pesquisa dedicado à preservação da memória e da história da Fiocruz. Hoje, a COC ampliou sua esfera de atuação no âmbito da ciência e tecnologia em saúde, desenvolvendo atividades de educação, informação e divulgação científica. O Departamento do Patrimônio Histórico (DPH/COC) é o responsável por cuidar deste patrimônio arquitetônico. O DPH/COC foi criado em 1989 como órgão oficial de gestão do patrimônio cultural da Fiocruz, possui dentre suas missões o serviço técnico de documentar, conservar e valorizar os bens materiais de interesse histórico em seus diferentes *campi* tecnológicos.

A pesquisa identificou três setores com alto potencial arqueológico: Parque da Ciência e arredores; arredores da nova Portaria e Instituto de Hanseníase; e a área do antigo Cais na Expansão. O restante do campus foi considerado com baixo potencial devido as sucessivos aterros que sofreu e ao adensamento de construções nas últimas décadas. Assim, a pesquisadora conclui que essa área não apresenta mais possibilidades de fornecer informações minimamente consistentes.

▪ ***Descoberta fortuita no entorno imediato do Pavilhão Mourisco (2012)***

No final de 2011, foi realizada a demolição de uma das edículas localizada junto à lateral do Pavilhão Mourisco. Durante o serviço de limpeza do terreno, executado pela equipe de manutenção do DPH/COC em janeiro de 2012, foram descobertos vestígios de uma estrutura em linha contínua em pedras (granito). Após uma investigação preliminar do NEUAS/DPH/COC, concluiu-se tratar de uma benfeitoria (muro ou cisterna) anterior ao Instituto Oswaldo Cruz. Possivelmente, a estrutura pode datar da época das instalações primitivas do Instituto Soroterápico. Por se tratar de uma estrutura preexistente e de origem desconhecida foi recomendada a sua proteção enquanto vestígio arqueológico. Assim, os vestígios foram protegidos com tela e aterrados novamente.

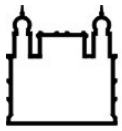


Figuras 23 e 24: Estrutura encontrada durante o serviço de limpeza do terreno realizada pela equipe de manutenção do DPH/COC. Fonte: DPH/COC, 18 de janeiro de 2012.

▪ ***Descoberta fortuita no entorno imediato da Vila residencial da Casa Amarela (2012)***

Em 2012, uma descoberta fortuita foi feita durante a execução de um jardim em canteiro nas imediações da Casa Amarela pelo Departamento de Gestão Ambiental da Diretoria de Infraestrutura do campus (DGA/Dirac). Foi encontrada vidraria laboratorial espalhada no canteiro em diversas profundidades. Muitos dos frascos ampolas estavam quebrados, mas alguns exemplares estão intactos e ainda com rótulos visíveis. A constatação era que seriam da vacina da varíola. Imediatamente o DGA/Dirac entrou em contato com o DPH/COC para informar da descoberta de vestígios arqueológico-históricos e compartilhar a apreensão de que os vestígios poderiam estar contaminados. O DGA/Dirac preparou um relatório técnico e solicitou ao DPH/COC um levantamento com o objetivo de levantar o histórico e o potencial arqueológico do sítio.

O estudo histórico identificou que durante as primeiras décadas do século XX a demanda por soros era crescente. Diversas epidemias assolavam as cidades do país, tais como a febre amarela e a varíola. A instituição era a responsável pela produção de soros para diversas



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

doenças. Assim, logo nos primeiros anos de sua criação, novas construções de apoio foram edificadas para a produção. O Pavilhão Vacínico (atual Vila residencial Casa Amarela) foi construído em 1922 pelo arquiteto português Luiz Moraes para atender essa missão.

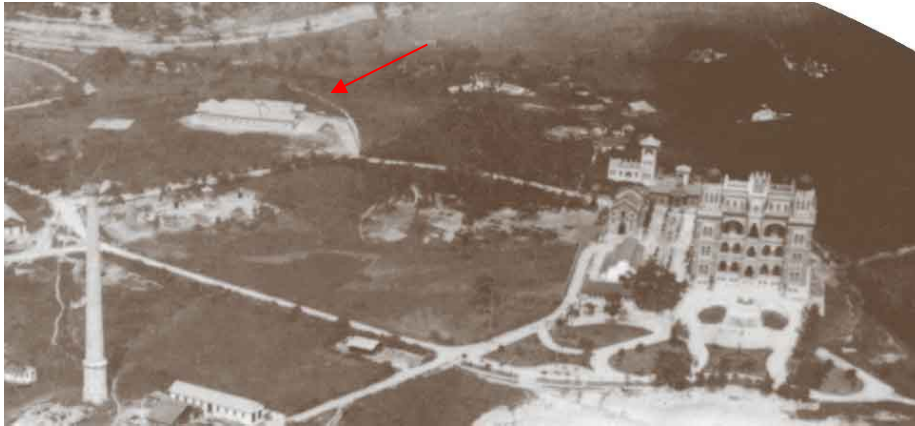


Figura 25: Sítio em 1922. Observa-se a abertura do traçado da via que contorna a Casa Amarela. Fonte: Acervo Arquivo da Marinha.

A função da edificação era abrigar os serviços de profilaxia contra varíola do antigo Instituto Vacínico, incorporados ao *campus* de Manguinhos após a morte do Barão de Pedro Affonso. Entre as décadas de 1910 e 1930 os casos de varíola no Brasil já indicaram uma redução nos casos de morte. Mas a erradicação da varíola ocorreu somente na década de 1970. Na década de 1950 a edificação assumiu uma nova função, abrigando a vila residencial de pesquisadores da Fiocruz.

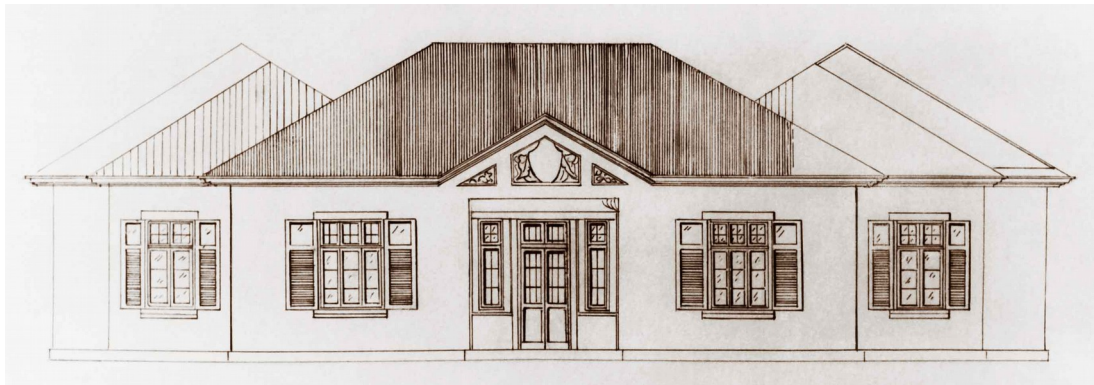


Figura 26: Fachada original do Pavilhão Vacínico ou Casa Amarela. Fonte: Acervo DPH/ COC/Fiocruz.

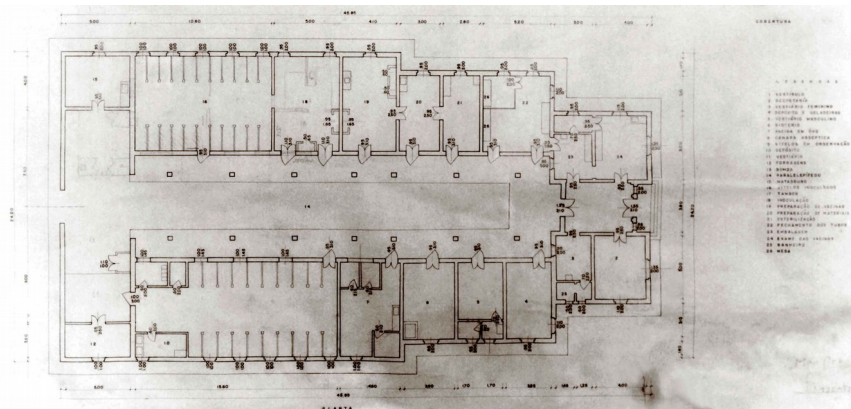


Figura 27: Planta baixa do Pavilhão Vacínico. Fonte: Acervo DPH/ COC/Fiocruz.

Analisando fotografias do acervo fotográfico do DAD/COC é possível afirmar que o sítio em que foi implantada a construção era utilizada como área de pasto para os animais (cavalos) do instituto. Somente na década de 1930 foram edificadas construções para habitações de funcionários nas suas imediações (OLIVEIRA, 2003). Na década de 1960, grande parte do *campus* recebe terra de aterro. Observando a fotografia aérea do acervo do DAD/COC pode-se intuir, pelas manchas esbranquiçadas uma movimentação de terra nas proximidades da área da descoberta. No entanto, o canteiro objeto de investigação parece não ter recebido o aterro, pois na foto aparentava estar já muito arborizado. Além disso, a pesquisa arqueológica de Beltrão (1989) identificou a área como de alto potencial arqueológico.



Figura 28: Detalhe da área objeto. Fonte: Acervo DPH/ COC/Fiocruz.

Com base no levantamento histórico do DPH/COC e no relatório técnico produzido pela DGA/Dirac, foi realizada consulta a Assessoria de Arqueologia do Iphan-Rio. A preocupação da equipe era como proceder se os artefatos arqueológicos estivessem realmente contaminados. A Assessoria foi ao local e recomendou que fosse realizado parecer técnico sobre a contaminação. Caso não estivesse, uma coleta do material deveria ser realizada, mas caso a contaminação fosse confirmada, após o registro do material, o seu destino seria o descarte segunda as normas sanitárias previstas. O material foi encaminhado para análise de laboratório, mas até o momento não foi possível obter um laudo oficial sobre sua contaminação. A área em que os vestígios foram descobertos encontra-se isolada.

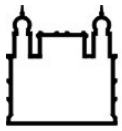
6.2 RESULTADOS OBTIDOS

A produção de novos dados alargando o conhecimento e sobre a história do cotidiano de épocas anteriores. Os vestígios evidenciados, mapeados e organizados em acervo complementarão a ficha de registro da jazida arqueológica de Manguinhos e a produção de novos dados históricos sobre a instituição.

Data	Pesquisa	Vestígios identificados
1966-1973	Pesquisa Arqueológica/ Profa. Dra. Maria da Conceição Beltrão do Museu Nacional	Vidrarias laboratoriais; ossadas; louças; cerâmicas indígenas; ferramentas.
1988	Descoberta fortuita/ Imediações da Creche da FioCruz (Dirac)	Ossadas.
1990	Descoberta fortuita/ Imediações da Praça da Ciência (Dirac)	Ossadas.
2000	Descoberta fortuita/ Imediações da Praça da Ciência (COC)	Estrutura arquitetônica.
2002	Pesquisa de Avaliação do Potencial Arqueológico no sítio da Tenda da Ciência/ Profa. Dra. Cristina Tenório do Museu Nacional	Cerâmicas neo brasileiras e pré-contato; faiança.
2010	Descoberta fortuita/ Imediações da Praça da Ciência (COC)	Vidrarias laboratoriais; estrutura arquitetônica; azulejos; telhas; tijolos; ferramentas.
2011	Pesquisa de Avaliação do Potencial Arqueológico fora da área de preservação do <i>campus</i> / Profa. Dra. Tânia Andrade Lima	Vidrarias laboratoriais; ripas de madeira; vidros; cerâmicas; faianças; porcelana chinesa; tijolos; telhas.
2012	Descoberta fortuita/ Imediações do Pav. Mourisco (COC)	Estrutura arquitetônica.
2012	Descoberta fortuita/ Imediações da Casa Amarela (Dirac)	Vidrarias laboratoriais.
2013	Pesquisa Arqueológica no sítio do futuro CDHS/ Dra. Guadalupe Campos	Vidrarias laboratoriais; estruturas arquitetônicas; ossadas; tijolos; telhas; azulejos.

Deve-se observar durante as escavações o aparecimento dos seguintes materiais:

. Louças e cerâmicas



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

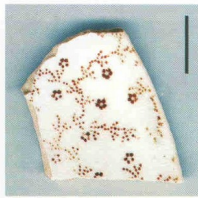


Fig 20. Sítio: Manguinhos. Fragmento de louça com decoração marrom de ramos florido e amplo espaço branco. Coleta: 1987.

Dimensões: 3,0 cm X 2,1 cm X 0,2 cm.



Fig 26. Sítio: Manguinhos. Fragmento de louça branca com decoração de folhagens em vermelho.

Dimensões: 2,4 cm X 2,1 cm X 0,4 cm.

Figuras 29 e 30: Alguns dos vestígios do século XIX da coleção do Sítio Manguinhos no Acervo do Museu Nacional. Fonte: RABELLE; BELTRÃO; NEME; MESQUITA, 2002.

. Tijolos



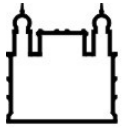
Figura 31 e 32: Exemplos de tijolos coletados no sítio da Estrebaria. A existência de inscrições dos fabricantes é muito importante para determinar a data do artefato. Sob a guarda temporária do DPH/COC. Fonte: Acervo DPH/ COC/Fiocruz.

. Telhas



Figura 33 e 34: Exemplos de fragmentos de telhas coletados no sítio da Estrebaria. As inscrições dos fabricantes podem ser percebidas nos dois conjuntos. Sob a guarda temporária do DPH/COC. Fonte: Acervo DPH/ COC/Fiocruz.

. Ferramentas



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz



Fig 44. Sítio: Manguinhos. Ferramenta de ferro.
Coleta: 1986.

Dimensões: 15 cm X 2,0 cm X 0,6 cm.



Figura 36: Vestígio de ferramentas encontradas no sítio da Estrebaria. Sob a guarda temporária do DPH/COC. Fonte: Acervo DPH/ COC/Fiocruz.

Figuras 35: Vestígio de ferramenta da coleção do Sítio Manguinhos no Acervo do Museu Nacional. Fonte: RABELLE; BELTRÃO; NEME; MESQUITA, 2002

. Moedas e material metálico

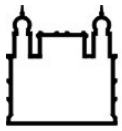


Figuras 37 e 38: Vestígios de ocupação encontrados no sítio da Estrebaria. Entre o material uma moeda e tapinhas de refrigerante. Sob a guarda temporária do DPH/COC. Fonte: Acervo DPH/ COC/Fiocruz.

. Ossos



Figura 39: Ossadas de animais descobertos durante escavação arqueológica no sítio do futuro CDHS. Fonte: Acervo DPH/ COC/ Fiocruz.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

. Estruturas arquitetônicas



Figuras 40 e 41: Vestígios do piso e de uma coluna da Estrebaria construída na terceira década do século XX, localizado no estacionamento do Museu da Vida durante obras de movimentação de terra. O piso encontrado, que sobreviveu por quase setenta anos, foi parcialmente destruído antes da paralisação das obras. Fonte: Acervo DPH/ COC/Fiocruz.

. Material científico



Figura 42: Frascos ampolas com solução em seu interior lacrado. Foram coletados no sítio da Estrebaria e atualmente estão aguardando para que seu conteúdo seja investigado pelo INCQS. Sob a guarda temporária do DPH/COC. Fonte: Acervo DPH/ COC/Fiocruz, 2010.

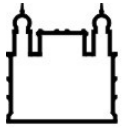


Figura 43: Vestígio de tubo de vidro da coleção do Sítio Manguinhos no Acervo do Museu Nacional. Fonte: RABELLE; BELTRÃO; NEME; MESQUITA, 2002.

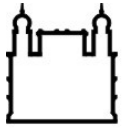


Figura 44: Vestígio de tubo de vidro encontrado intacto durante trabalhos no canteiro da Casa Amarela. Sob a guarda do Departamento de Gestão Ambiental/Dirac. Fonte: Departamento de Gestão Ambiental/ Dirac, 2012.

7. VETORES ESTRATÉGICOS

Para o alcance dos objetivos propostos, o plano de ação do Planejamento de Pesquisas Arqueológicas no *campus* Fiocruz Manguinhos está baseado seis vetores estratégicos. São eles:

Vetor 01 – Inserir investigações e projetos de pesquisa arqueológica na agenda de intervenções urbanísticas nos setores de alto potencial arqueológico do *campus* Manguinhos.



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

O *campus* sofre atualmente um intenso processo de adensamento, com projetos de novas construções nas áreas livres de edificação e na modernização das redes de infraestrutura urbana. É muito importante que nesse processo seja considerado o potencial arqueológico do sítio histórico e respeitada a legislação federal vigente que trata da proteção de sítios arqueológicos (Lei Federal 3.924/61).

No entanto, apesar das novas legislações⁹ e do trabalho de conscientização patrimonial, ainda hoje, grande parte dos achados arqueológicos é obtida por meio das descobertas fortuitas. Na prática, ainda são poucas as obras civis que incluem em seu escopo de trabalho a pesquisa arqueológica antecedendo a intervenção. Esta realidade não é explicada tanto por uma carência de profissionais aptos da área, mas sim devido o desconhecimento de leigos - proprietários, arquitetos e engenheiros – do campo da arqueologia e da importância da preservação do patrimônio arqueológico.

A pesquisa arqueológica deveria ser uma ferramenta básica que antecederia toda a intervenção que envolvesse a movimentação de terra em sítios históricos. Para isso, se deveria ter registradas e mapeadas as áreas com potencial para o desenvolvimento do trabalho de prospecção arqueológica – fruto de descobertas fortuitas ou projetos de pesquisa arqueológica.

A proteção ao patrimônio arqueológico deve fundar-se no conhecimento, o mais completo possível, de sua existência, extensão e natureza. Os inventários gerais de potencial arqueológico constituem, assim, instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de proteção ao patrimônio arqueológico. Por conseguinte, o inventário deve ser uma obrigação fundamental na proteção e gestão do patrimônio arqueológico (Carta de Lausanne, Art. 4, 1990 apud CURY, 2000, p.306).

A pesquisa arqueológica é um instrumento de produção de dados imediatos importante, podendo fornecer dados valiosos de cultura material dos sistemas sócio-culturais extintos e relacioná-los diretamente ou indiretamente com o sítio. Assim, o objetivo das pesquisas é produzir o máximo de conhecimento sobre o sítio histórico a ser preservado. Para sua realização é fundamental partir de um levantamento histórico com o máximo de registros disponíveis (fontes documentais, icnográficas e orais). Será com base nesses estudos e levantamentos que se poderá mapear as áreas de interesse e subsidiar as pesquisas arqueológicas.

As prospecções em bens de valor cultural são ações invasivas que podem causar danos ao bem, se feitas sem critério. O sucesso dessa empreitada depende da qualidade técnica e da experiência comprovada de profissionais especializados (Decreto Lei 25/1937 e Portaria SPHAN nº7/1988), assegurando intervenções calcadas no respeito à integridade e a autenticidade do sítio. Em cumprimento da Lei Federal 3924/61, é obrigatório que o serviço de pesquisa arqueológica seja acompanhado por arqueólogo habilitado. A Lei Federal 3924/1961, reforçada pela Portaria SPHAN nº 7/1988, estabelece que para a realização de prospecções arqueológicas é necessária a permissão prévia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan (Art.9) e, para tal, é requisito a aprovação de um relatório contendo a indicação do local, do vulto e da duração dos trabalhos executados (Art.8). O projeto arqueológico pode ser elaborado pelo Iphan ou pode ser contratada consultoria para sua elaboração (inclusive por cooperação técnica).

Uma vez que não consta do quadro da Casa de Oswaldo Cruz o perfil de arqueólogo, caberá ao DPH/COC gerenciar a contratação dos serviços arqueológicos, inclusive assegurar a qualidade técnica do serviço contratado. Para tal, é fundamental que o DPH/COC seja comunicado em caso de projetos de intervenção que representem empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico nos setores identificados como de alto potencial arqueológico ou no caso de achados fortuitos durante as obras de implantação que envolvam a movimentação do solo.

⁹ A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através do Decreto Municipal 22.872/03, oficializou a obrigatoriedade do acompanhamento e da pesquisa arqueológica nas obras de intervenção urbana no município. Este decreto estabelece que todas as obras que envolvam intervenções urbanísticas e/ou topográficas realizadas pelo Poder Público Municipal – direta ou indiretamente, em áreas que sugiram interesse histórico – deverão prever estudos e acompanhamento com vistas à pesquisa arqueológica.

Vetor 02 – Apoiar a permanência dos achados arqueológicos no *campus*

Os resultados da pesquisa arqueológica contribuirão para a produção de novos dados sobre o sítio histórico. Dentro desse contexto, os vestígios arqueológicos (artefatos ou superartefatos) devem, sempre que possível, serem incorporados aos projetos de intervenções.

Embora a posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueológica pertencerem, a princípio, por direito do Poder Público Federal (Art. 17 da Lei Federal 3.924/61), o Iphan permite que a instituição mantenedora - Fiocruz - solicite a guarda conjunta do acervo descoberto no sítio. Para tal, a instituição precisa garantir à assistência, a fruição, a acessibilidade, desde que compatível a capacidade de carga ambiental que o sítio arqueológico pode suportar, sem danos ao seu patrimônio.

No caso de vestígios de grandes estruturas arqueológicas (superartefatos) que permanecerem expostos - as janelas arqueológicas - deverão receber tratamento especial que os identifique, sendo objeto de consolidação e manutenção. O terreno em que os vestígios encontram-se deve ser drenado, evitando assim a rápida degradação (Iphan, 2002). Em alguns casos os vestígios encontrados não são ser integrados pelo projeto arquitetônico. Assim, é uma recomendação técnica que as áreas abertas sejam fechadas, sendo forradas com tela plástica (ou tiras de plástico) e cobertas com sedimentos. Esta tela servirá como uma marcação do local que já sofreu uma escavação arqueológica, orientando futuras equipes de arqueólogos que venham a prospectar no local. Salienta-se que, o desenvolvimento de projetos de pesquisa arqueológica, nos setores identificados como de alto potencial arqueológico, antes do início das obras civis auxiliará na incorporação dos vestígios arqueológicos ao projeto arquitetônico ou urbanístico ainda em sua fase de desenvolvido.

Vetor 03 – Reforçar a identidade da comunidade através da educação patrimonial

A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio (Carta de Lausanne, Art. 7, 1990 apud CURY, 2000, p. 309).

A implantação de programas educacionais contínuos em sítios arqueológicos já escavados ou identificados por meio de descobertas fortuitas é uma ação essencial. Muitas ferramentas de valorização e atividades culturais podem ser usadas para transmitir o conhecimento adquirida através das pesquisas arqueológicas. A permanência "*in loco*" dos vestígios arqueológicos é mais uma dessas ferramentas que auxiliam na compreensão dos usuários da transformação da paisagem cultural do sítio.

Os programas de educação patrimonial das pesquisas arqueológicas contratadas são definidas no projeto encaminhado pelo arqueólogo coordenador. Para garantir que os programas de educação patrimonial contratados reflitam o interesse e demandas da instituição, é preciso que a obrigatoriedade de sua aprovação esteja em edital.

8. AÇÕES A IMPLEMENTAR

8.1 Vetor 01 – Inserir investigações e projetos de pesquisa arqueológica na agenda de intervenções urbanísticas nos setores de alto potencial arqueológico do *campus* Manguinhos.

Nesse vetor estratégico foram reunidas as ações de:

I- Investigação e Documentação

1. Produção científica de estudos e levantamentos históricos dos setores de alto potencial arqueológico do sítio.
2. Atualização dos dados do sítio arqueológico de Manguinhos na Assessoria de Arqueologia do Iphan-Rio.

II- Acompanhamento

3. Colaboração na elaboração e no acompanhamento de projetos aprovados ou em desenvolvimento.
4. Realização de pesquisas arqueológicas nos setores de alto potencial arqueológico, seguindo o cronograma traçado pelo Plano de Ocupação da Área de Preservação (POAP).

8.2 Vetor 02 – Apoiar a permanência dos achados arqueológicos no *campus*

Nesse vetor estratégico foram reunidas as ações de:

5. Criação de museus-sítios nas áreas livres de construção.
6. Criação de laboratório para pesquisar e expor artefatos arqueológicos de interesse para a história da instituição.

8.3 Vetor 03 – Reforçar a identidade da comunidade através da educação patrimonial

Nesse vetor estratégico foram reunidas as ações de:

7. Participação ativa na elaboração de programas de educação patrimonial de projetos de pesquisa arqueológica submetidos ao Iphan-Rio.
8. Desenvolvimento contínuo de ações de educação patrimonial voltadas para o conhecimento arqueológico

9. IMPLEMENTAÇÃO

A implementação das ações propostas no plano de ação concretiza os seus objetivos. Cada ação acima identificada está associada uma ficha de ação

anexada ao final do documento.

Neste são identificados:

- Objetivos da ação
- Conteúdo específico
- Medidas a implementar
- Promotor
- Parceiros a envolver
- Potenciais custos de implementação
- Prioridade de implementação
- Pontos fortes da ação
- Fragilidade da ação
- Oportunidades de financiamento

10. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES

Considerando a necessidade de avaliar e monitorar o processo de implementação do plano de ação, anualmente deverá ser realizado um relatório de avaliação de atividades desenvolvidas.

11. VALIDADE

Considerando que a proposta deste plano de ação é servir de guia para as ações da Casa de Oswaldo Cruz de monitorar a sua atuação, congregando estratégias e integrando atividades planejadas entre seus setores e unidades da Fiocruz a sua validade deverá corresponder ao período de 4 anos.

12. RESULTADOS ESPERADOS

O ato de escavar tem como consequência imediata a destruição do sítio arqueológico - não sendo possível refazer a escavação -, para garantir a segurança necessária, todo trabalho de escavação de um sítio deveria ser acompanhado por um arqueólogo (Decreto Lei 25/1937 e Lei Federal 3924/1961). Assim, a Fiocruz precisa dispor de um profissional habilitado em seu quadro ou optar por contratar através de consultoria ou por meio de empreiteira.

Os achados evidenciados, mapeados e organizados em acervo complementarão a ficha de registro dos sítios arqueológicos e contribuirão para a produção de novos dados históricos sobre a história da saúde e da cidade do Rio de Janeiro. Juntamente a isso, os resultados alcançados serão divulgados ao público através de ações de educação patrimonial variadas e da produção de artigos científicos.

Cabe observar, que os vestígios encontrados podem não estar diretamente relacionados a temporalidade da ocupação do bem patrimonial, objeto do projeto de intervenção, como no caso da descoberta da chamada "tralha doméstica" (cerâmicas e utensílios domésticos) ou de esqueletos de animais ou pessoas. Porém, estes serão de grande ajuda para a compreensão e contextualização das atividades e do aproveitamento do espaço nas diferentes épocas.

*O 'patrimônio arqueológico' compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. **Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas**, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (Carta de Lausanne, Art. 1, 1990 apud CURY, 2000, p.304, grifo nosso).*

Por fim, a pesquisa e a técnica arqueológica quando aplicadas no campo da construção civil pode trazer muitas surpresas, mesmo quando subsidiadas por pesquisas históricas detalhadas. Portanto, é natural que os seus resultados possam alterar o projeto original de intervenção. Os remanescentes evidenciados poderão ou não ser incorporados a projetos arquitetônicos e urbanísticos. Isso dependerá da equipe envolvida em parceria com a Assessoria de Arqueologia do Iphan-Rio. Caso se comprove o interesse pelos remanescentes e a adequação da proposta, poderá resultar na implantação de um museu-sítio arqueológico no *campus* Fiocruz Manguinhos.

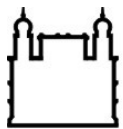
REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Inês El-Jaick. **Levantamento histórico sobre vestígios do século XIX e XX no sítio do futuro Centro de Documentação da História da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: NEUAS/DPH/COC/Fiocruz, 2010.
- ANDRADE, Inês El-Jaick. **Descoberta Fortuita da Antiga Estrebaria. Campus Fiocruz Manguinhos**. Relatório Final. Rio de Janeiro: NEUAS/DPH/COC/Fiocruz, 2010.
- ARAGÃO, Henrique. Notícia Histórica sobre a Fundação do Instituto Oswaldo Cruz (Instituto de Manguinhos). **Separata das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Tomo 48, ano 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.
- BENCHIMOL, Jaime Larry (Coord.); SOARES, Sandra Branco; ROCHA, Oswaldo Porto; PEREIRA, Andréa Nunes; SANTOS, Fernando Sérgio Dumas. **Manguinhos: um retrato de corpo inteiro**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz; 1988. 677 p.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Manguinhos do sonho à vida: a ciência da belle époque**. RJ: COC/Fiocruz, 1990.
- BELTRÃO, Maria da Conceição. Aspectos pré-históricos pleistocênicos do projeto arqueológico Manguinhos e suas potencialidades. In. **Caderno de Saúde Pública**, RJ, 5 (1), 121-128, jan/mar, 1989.
- DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL. **Relatório de Análise Visual dos objetos encontrados em área com potencial de contaminação**. Rio de Janeiro: DGA/Dirac/Fiocruz, 2012.
- DIAS, Ezequiel. **O Instituto Oswaldo Cruz: resumo histórico (1899-1918)**. Rio de Janeiro: Manguinhos, 1918.
- IBAM. **Plano de Ocupação da Área de Preservação do campus Fiocruz - Produto final**. Rio de Janeiro: IBAM; Fiocruz, 2011.
- LIMA, Tânia de Andrade. **Projeto Fiocruz - Campus de Manguinhos**. Relatório Final de Diagnóstico de Potencial e Levantamento Arqueológico. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2011.
- NAJJAR, Rosana. **Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração**: Iphan/Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, 2005.
- OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. (Coord.); COSTA, Renato da Gama-Rosa; PESSOA, Alexandre José de Souza. **Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos**. RJ: Editora Fiocruz, 2003. (Coleção História e Saúde).
- RABELLE, Angela; BELTRÃO, Maria; NEME, Salete; MESQUITA, Simone. **Uma leitura do acervo histórico-arqueológico do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: S. Mesquita & M. Beltrão, 2002.
- TENÓRIO, Cristina. **Avaliação do Potencial Arqueológico da área que será impactada pelas obras de pavimentação, drenagem e iluminação viária em vias de acesso diversas no campus da Fiocruz**. Relatório do Levantamento arqueológico preliminar. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2002.

ANEXO 01

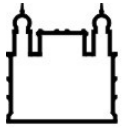
Ação 01 - Produção científica de estudos e levantamentos históricos dos setores de alto potencial arqueológico do sítio.	
Objetivos:	Produzir conhecimento científico sobre a área, contribuindo para a ampliação do conhecimento da história da ocupação do território em que está localizado o <i>campus</i> .
Conteúdo específico:	Elaborar estudos históricos, por demanda de unidades, relativos a história da região, relacionando passado e presente, a ser divulgado junto à comunidade local, comunidade científica nacional e internacional.
Medidas para implementação:	Elaboração de estudos e levantamentos históricos dos setores de alto potencial arqueológico do sítio.
Promotor:	Departamento de Patrimônio Histórico/COC/Fiocruz.
Parceiros a envolver:	Unidades envolvidas.
Potenciais custos de implementação:	Sem custos.
Prioridade de implementação:	Baixa complexidade – longo prazo (2013-2017)
Pontos fortes da ação:	Aumento do conhecimento sobre a história do território do <i>campus</i> ; Fortalecimento a linha de pesquisa de Processo de formação e ocupação do <i>campus</i> de Manguinhos do Grupo de Pesquisa “Saúde e Cidade: arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural” do DPH/Fiocruz.
Fragilidade da ação:	Capacidade de responder as demandas a curto prazo.
Oportunidades de financiamento:	Editais de Fomento à Pesquisa

Ação 02 - Atualização dos dados do sítio arqueológico de Manguinhos na Assessoria de Arqueologia do Iphan-Rio.	
Objetivos:	Fornecer dados atualizados sobre o sítio arqueológico.
Conteúdo específico:	Respeitar a legislação vigente que trata da obrigatoriedade de comunicar de descobertas fortuitas e encaminhar relatórios de pesquisa a Assessoria do Iphan-Rio.
Medidas para implementação:	Mapeamento das áreas de potencial positivo do <i>campus</i> ; Elaboração de relatórios de descobertas fortuitas para o Iphan-Rio; Elaboração de relatórios de projetos de pesquisa arqueológica para o Iphan-Rio.
Promotor:	Departamento de Patrimônio Histórico/COC/Fiocruz.
Parceiros a envolver:	Assessoria de Arqueologia/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico.
Potenciais custos de implementação:	Sem custos.



Prioridade de implementação:	Média complexidade – médio prazo (2014-2015)
Pontos fortes da ação:	Organização de informações dispersas; Aprimoramento da comunicação com a Assessoria de Arqueologia do Iphan-Rio; Fortalecimento a linha de pesquisa de Processo de formação e ocupação do <i>campus</i> de Manguinhos do Grupo de Pesquisa “Saúde e Cidade: arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural” do DPH/Fiocruz.
Fragilidade da ação:	Lacunas de informações de pesquisas e descobertas fortuitas passadas; Falta de integração entre escritórios técnicos da Fiocruz.
Oportunidades de financiamento:	Não identificado.

Ação 03 - Colaboração na elaboração e no acompanhamento de projetos aprovados ou em desenvolvimento.	
Objetivos:	Contribuir na elaboração de projetos básicos para contratação de projetos de pesquisa arqueológica e auxiliar as unidades no acompanhamento dos seus projetos de pesquisa arqueológica.
Conteúdo específico:	Orientar os procedimentos de trabalho de acordo com a legislação vigente e intermediar o relacionamento da Fiocruz com a Assessoria de Arqueologia do Iphan-Rio.
Medidas para implementação:	Divulgação nos escritórios técnicos das unidades da Fiocruz dos setores de alto potencial arqueológico no <i>campus</i> ; Colaboração na elaboração de projetos básicos; Colaboração no acompanhamento dos projetos de pesquisa arqueológicos.
Promotor:	Departamento de Patrimônio Histórico/COC/Fiocruz.
Parceiros a envolver:	Unidades envolvidas; Assessoria de Arqueologia/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico.
Potenciais custos de implementação:	Sem custos.
Prioridade de implementação:	Média complexidade – longo prazo (2013-2017)
Pontos fortes da ação:	Colaboração entre escritórios técnicos da Fiocruz.
Fragilidade da ação:	Capacidade de responder as demandas a curto prazo; Não dispor de um profissional habilitado no quadro da Fiocruz para elaborar os projetos de pesquisa arqueológica.
Oportunidades de financiamento:	Não identificado.



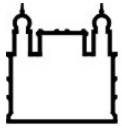
Ação 04 - Realização de pesquisas arqueológicas nos setores de alto potencial arqueológico, seguindo o cronograma traçado pelo Plano de Ocupação da Área de Preservação (POAP).	
Objetivos:	Orientar o planejamento prévio de contratação de serviço arqueológico pelas equipes dos escritórios técnicos das unidades da Fiocruz.
Conteúdo específico:	Garantir a realização de pesquisas arqueológicas antes das obras civis, de maneira a contribuir para o gerenciamento do patrimônio cultural do <i>campus</i> .
Medidas para implementação:	Campanha de divulgação e orientação técnica nos escritórios técnicos das unidades da Fiocruz; Criação de agenda unificada de obras realizadas pelas unidades.
Promotor:	Diretoria de Administração dos Campi/Fiocruz – Presidência; Unidades envolvidas; Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz.
Parceiros a envolver:	Unidades envolvidas.
Potenciais custos de implementação:	Dependência de custos das unidades.
Prioridade de implementação:	Alta complexidade – longo prazo (2013-2017)
Pontos fortes da ação:	Aprimorar a interação entre as equipes dos escritórios técnicos; Gerenciamento coordenado das intervenções impactantes no patrimônio arqueológico.
Fragilidade da ação:	Alto custo da contratação de projetos de pesquisa arqueológica; As obras de Infraestrutura no <i>campus</i> não são comunicadas a COC; As obras de Infraestrutura no <i>campus</i> não incluem em seus serviços a contratação de acompanhamento arqueológico.
Oportunidades de financiamento:	Não identificado.

Ação 05 - Criação de museus-sítios nas áreas livres de construção.	
Objetivos:	Agenciamento de estruturas arquitetônicas <i>in loco</i> .
Conteúdo específico:	Os remanescentes evidenciados poderão ou não ser incorporados a projetos e seu aproveitamento poderá ser integral ou parcial, conforme definições da equipe envolvida, culminando na implantação de um museu-sítio Arqueológico no <i>campus</i> Manginhos.
Medidas para implementação:	Identificação das áreas e negociação com as unidades; Elaboração e execução de projetos museográficos; Elaboração e execução de projetos arquitetônico paisagísticos;
Promotor:	Departamento de Patrimônio Histórico/COC/Fiocruz
Parceiros a envolver:	Diretoria de Administração dos Campi/Fiocruz – Presidência; Museu da Vida/COC/Fiocruz;
Potenciais custos de implementação:	A orçar.

Prioridade de implementação:	Alta complexidade – longo prazo (2013-2017)
Pontos fortes da ação:	Promoção e divulgação cultural; Dinamização turística.
Fragilidade da ação:	Capacidade de investimento das unidades da Fiocruz.
Oportunidades de financiamento:	Editais de fomento cultural.

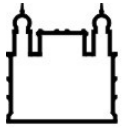
Ação 06 - Criação de laboratório para pesquisar e expor artefatos arqueológicos de interesse para a história da instituição.	
Objetivos:	Agrupar as coleções arqueológicas do Sítio de Manguinhos dispersas em outras instituições de guarda.
Conteúdo específico:	Apresentar à comunidade os resultados alcançados pelas pesquisas, através da exposição, acondicionamento e catalogação dos achados arqueológicos, seguindo recomendações da Assessoria de Arqueologia do Iphan-Rio.
Medidas para implementação:	Requisitar ao Iphan-Rio a guarda de artefatos de interesse para a instituição; Possuir no quadro de recursos humanos profissional da área específica; Montar um laboratório de pesquisa.
Promotor:	Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz.
Parceiros a envolver:	Museu da Vida/COC/Fiocruz; Departamento de Endemias Samuel Pessoa (Densp/ENSP/Fiocruz) - Sheila Mendonça e Adauto José Golçalves de Araújo; Assessoria de Arqueologia/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico; Museu Nacional/ UFRJ.
Potenciais custos de implementação:	A orçar.
Prioridade de implementação:	Alta complexidade – longo prazo (2013-2017).
Pontos fortes da ação:	Contextualizar achados arqueológicos em seu sítio; Reduzir custos por garantir o endosso institucional da própria Fiocruz.
Fragilidade da ação:	Ausência de financiamento previsto.
Oportunidades de financiamento:	Convênios entre instituições (Museu Nacional e Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz).

Ação 07 - Participação ativa na elaboração de programas de educação patrimonial de projetos de pesquisa arqueológica submetidos ao Iphan-Rio.	
Objetivos:	Definição de conteúdo de programas de educação patrimonial.
Conteúdo específico:	Garantir através da elaboração de um programa de educação patrimonial que os contextos arqueológicos impactados direta ou indiretamente pelos empreendimentos sejam efetivamente incorporados à Memória Nacional, conforme legislação vigente.
Medidas para implementação:	Elaboração de programas de educação patrimonial dentro dos



	projetos de pesquisa arqueológica; Fiscalização das atividades desenvolvidas.
Promotor:	Vice-direção de Pesquisa e Ensino/COC.
Parceiros a envolver:	Departamento de Patrimônio Histórico/COC; Museu da Vida/COC.
Potenciais custos de implementação:	Sem custos.
Prioridade de implementação:	Média complexidade – curto prazo (2013-2015).
Pontos fortes da ação:	Elaboração de conteúdo mínimo e adequado as necessidades da instituição.
Fragilidade da ação:	Relacionamento com equipe de arqueologia contratada.
Oportunidades de financiamento:	Não identificado.

Ação 08 - Desenvolvimento contínuo de ações de educação patrimonial voltadas para o conhecimento arqueológico.	
Objetivos:	Envolvimento da comunidade de usuários do <i>campus</i> .
Conteúdo específico:	Mostrar o resultado dos trabalhos a partir do compartilhamento de informações com a comunidade e do uso de ferramentas adequadas para os diferentes perfis de usuários do <i>campus</i> .
Medidas para implementação:	Elaboração de cartilha patrimonial; Elaboração de publicações científicas; Realização de exposições; Documentários em vídeo; Palestras técnicas para a comunidade; Canais de comunicação interna; Visitação ao campo acompanhada de mediadores.
Promotor:	Vice-direção de Pesquisa e Ensino/ COC.
Parceiros a envolver:	Museu da Vida/COC; Departamento de Patrimônio Histórico/COC.
Potenciais custos de implementação:	A orçar.
Prioridade de implementação:	Média complexidade – médio prazo (2013-2015).
Pontos fortes da ação:	Ações de educação patrimonial coordenadas entre departamentos da COC; Promoção e divulgação cultural; Dinamização turística.
Fragilidade da ação:	Capacidade de responder as demandas a curto prazo.
Oportunidades de financiamento:	Planejamentos Anuais dos departamentos envolvidos



ANEXO 02

MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Descobertas fortuitas e contratação de projetos de pesquisa arqueológica

▪ **Descobertas Fortuitas**

Todo vestígio de interesse arqueológico encontrado, independente de ser por um profissional habilitado ou por leigos, deve ser comunicado ao Iphan.

É preciso observar, ainda, que a legislação federal estabelece que:

- É vetado o aproveitamento econômico, a destruição ou a mutilação, para qualquer fim, de um monumento arqueológico de suas partes ou de seu todo sem o conhecimento e autorização prévia do Iphan.
- É de responsabilidade do autor do achado ou do proprietário, do local onde este tiver ocorrido, a imediata comunicação com o Iphan e a eventual conservação provisória, inclusive no que tange os cuidados com os vestígios em estado de arruinamento.
- O comunicado da descoberta fortuita deverá ser realizado preferencialmente pelos envolvidos, mas também poderá ser denunciado por terceiros.
- Em caso de omissão de comunicado do elemento arqueológico, este deverá ser apreendido imediatamente, sem prejuízo da responsabilidade dos envolvidos pelos danos que vier a causar ao patrimônio.
- O Iphan mantém um Cadastro dos Monumentos Arqueológicos do Brasil, que deve ser atualizado com informações dos sítios que se tornarem conhecidos por descoberta fortuita.

▪ **Procedimentos a serem executados pelos fiscais da obra após a descoberta fortuita**

(1º) Descoberta fortuita de vestígios arqueológicos (Lei 3.924/61);

(2º) Paralisação do serviço;

(3º) Comunicação ao DPH/COC;

(4º) Guarda do material identificado sob orientação do DPH/COC;

(5º) DPH/COC faz comunicação oficial e imediata à Assessoria de Arqueologia do Iphan, para a competente avaliação e parecer de adequação dos serviços;

(6º) Visita técnica do arqueólogo do Iphan e emissão de parecer;

(7º) Execução das recomendações do fiscal do Iphan;

(8º) Continuação dos serviços conforme orientação do Iphan.

(9º) Elaboração e encaminhamento de Relatório para o Iphan.

▪ **Projetos de prospecção contratados – Análise do Potencial Arqueológico e Projetos de pesquisa arqueológicos**

Uma vez que a área de arqueologia não faz parte do plano de carreiras utilizado pela Fundação Oswaldo Cruz, somente através da contratação terceirizada é possível a elaboração dos serviços de pesquisa arqueológica no *campus* Fiocruz Manguinhos.

Em intervenções urbanísticas e topográficas em um sítio histórico do *campus* de Manguinhos, seguindo Lei Federal 3924/1961 e Decreto Municipal nº 22.872/ 2003, que estabelece a necessidade da realização de estudos e acompanhamento com vistas à pesquisa arqueológica de locação de obra para construção de edifícios.

Os serviços de intervenção deverão ser executados com acompanhamento de uma equipe habilitada de profissionais especializados em pesquisas arqueológicas para que se possa assegurar a preservação da integridade e autenticidade do sítio.

A equipe deverá ter um arqueólogo coordenador que deverá supervisionar uma equipe composta por pelo menos um arqueólogo assistente (titulação de mestre em arqueologia e com cinco anos de experiência comprovada de campo) e cinco auxiliares.

O arqueólogo coordenador deverá ter competência técnica, respondendo a requisitos de uma formação e qualificação avançada no campo de trabalho. Por tanto, são requisitos básicos que o arqueólogo coordenador possua o doutoramento na área de arqueologia, a realização de trabalhos de envergadura científica, com experiência de campo e laboratório, com responsabilidade de supervisão à pelo menos 10 anos comprovados.

Exige-se que seja apresentado para fins de comprovação de qualificação técnica do arqueólogo coordenador cópia do diploma de doutoramento na área de arqueologia e o currículo acompanhado por atestados de capacidade técnica em nome do profissional expedidos por figura jurídica e por cópias de portarias de autorização de pesquisa expedidas pelo Iphan. Para a comprovação da qualificação técnica do arqueólogo assistente exige-se cópia do diploma de mestrado em arqueologia e o currículo acompanhado por atestados de capacidade técnica em nome do profissional expedidos por figura jurídica.

▪ ***Procedimentos a serem executados pelos técnicos durante a elaboração do projeto básico***

(1º) Identificar se a área objeto é uma área de potencial arqueológico – se está dentro da área de preservação ou se é um dos três setores identificados em pesquisa de 2011:

- Parque da Ciência e arredores;
- Arredores da nova Portaria e Instituto de Hanseníase; ou
- Antigo Cais na Expansão.

(2º) Contatar o DPH/COC/Fiocruz para obter levantamento histórico da área para subsidiar contratação de serviço de arqueologia;

(3º) O DPH/COC/Fiocruz poderá entrar em contato com a Assessoria de Arqueologia para agendar reunião prévia para identificar como poderá ser a metodologia de escavação;

(4º) O DPH/COC/Fiocruz poderá orientar na elaboração do programa de educação patrimonial básico;

(5º) Elaborar projeto básico para contratar serviço de arqueologia dentro de obra civil (terceirização de equipe através de empresa).